



**ATA 2107 DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE 2025
REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2025.**

Ao 10 (décimo) dia do mês de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), no Paço da Câmara Municipal de Tauá, após constatar a existência de quórum regulamentar, o Sr. Presidente Francisco da Costa Feitosa declarou aberta a 5ª (quinta) Sessão Ordinária do 1º (primeiro) Período Legislativo do corrente exercício que contou com a presença de 15 (quinze) Vereadores(as), sendo: Adriano Gonçalves Dimas (Adriano Dimas), Apolyanna Lima Ferreira (Polyanna Lima), Érico Batista Lima, Felipe Veloso Soares Viana de Abreu, Francisco da Costa Feitosa (Chico Neto), Francisco Helder Lima Castelo, Francisco Wellington Urbano Cavalcante (Wellington Urbano), Fúlvio Emerson Gonçalves Cavalcante, Genival Sobrinho Coutinho (Genival Coutinho), Helio Pedrosa Castelo Neto, João Evonilson Alexandrino de Souza (Vony Souza), Luis Alves Neto, Luis Tomaz Dino, Luiz André Bezerra Campos e Manoel Loiola da Sena (Nezinho Loiola). Dando início aos trabalhos da sessão, o Sr. Presidente, Francisco da Costa Feitosa, informou que a ata da sessão anterior ainda estava em processo de revisão e seria colocada em votação na próxima sessão ordinária. Em seguida, passou-se a palavra ao vereador Genival Sobrinho Coutinho para fazer a leitura das matérias constantes no Pequeno Expediente, Grande Expediente e Ordem do Dia.

PEQUENO EXPEDIENTE: Indicações nºs. 131/2025 a 168/2025. **GRANDE EXPEDIENTE:** Requerimento para o Legislativo Nº 0005/2025 de autoria do vereador Helio Pedrosa Castelo Neto - Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, que após ouvido o plenário, oficie à Chefe do Poder Executivo Municipal de Tauá solicitando informações sobre o andamento da documentação das casas do Conjunto Habitacional Domingos Gomes de Aguiar. Requerimento para o Legislativo Nº 0006/2025 de autoria do vereador Helio Pedrosa Castelo Neto - Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá, após ouvido o plenário, o envio do presente requerimento à Secretaria de Proteção Animal do Estado do Ceará (SEPA), solicitando o encaminhamento do Programa Itinerante Pet Ceará Móvel ao município de Tauá-CE. Requerimento para o Legislativo Nº 0007/2025 de autoria do vereador Francisco Helder Lima Castelo - Requer da Mesa Diretora da Câmara, após ouvido o plenário, seja enviado ofício ao Secretário Municipal da Educação, solicitando a implantação imediata da proibição do uso de celulares nas escolas da rede municipal de ensino, conforme solicitado na indicação 0812/2024 de minha autoria e a lei federal Nº. 15.100/2025. Requerimento para o Legislativo Nº 0008/2025 de autoria do vereador Francisco Helder Lima Castelo - Requer da Presidência da Mesa Diretora da Câmara, após ouvido o plenário, o envio de convite ao Sr. Secretário de Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos do município de Tauá, a fim de explanar acerca do decreto de recuperação de barragens e os critérios de distribuição de cisternas neste Município. Requerimento para o Executivo Nº 0009/2025 de autoria do vereador Fúlvio Emerson Gonçalves Cavalcante - Requer da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá que, após ouvido o plenário, solicite do Poder Executivo Municipal, através da secretaria competente, esclarecer a quantidade de tratores de propriedade do município e de terceiros que ficarão disponíveis para os pequenos produtores rurais do município, especificando ainda quantas máquinas atenderão cada distrito no Programa Terras para Plantar, explicando, por fim, o tempo de permanência das máquinas em cada produtor rural. Projeto de Lei - Legislativo Nº 0009/2025 de autoria do vereador Érico Batista Lima - Dispõe sobre denominação de Joaquim de Oliveira Filho, "Joaquim do Mestre", a passagem molhada, que



liga Junco a Lustal, nesta Cidade, na forma que indica e adota outras providências. Projeto de Lei - Executivo Nº 0010/2025 de autoria Poder Executivo Municipal - Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e regulamenta o serviço de inspeção municipal - SIM, e adota outras providências. (regime de urgência). Projeto de Lei - Legislativo Nº 0011/2025 de autoria do vereador Fúlvio Emerson Gonçalves Cavalcante - Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas em tratamentos oncológicos no âmbito municipal e adota outras providências. Moções nºs. 153 a 188/2025. Dando prosseguimento à sessão, o vereador Felipe Viana encaminhou o Projeto de Lei - Executivo Nº 0010/2025 de autoria Poder Executivo Municipal que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e regulamenta o serviço de inspeção municipal – SIM, informando que a mensagem contida no referido Projeto solicitava votação em regime de urgência e, portanto, solicitava da Presidência e dos demais pares que o Projeto fosse colocado em pauta para votação, justificando que trata da regulamentação do Serviço de Inspeção Municipal, o que facilitaria o escoamento da carne de carneiro. O vereador Fúlvio Gonçalves solicitou discutir o projeto porque estariam revogando uma lei que alguns artigos contrariam regulamento Decreto que havia falado na sessão anterior. Exemplificou com o artigo 16 onde exige, no decreto, a questão do médico veterinário efetivo e que no presente projeto estava por nomeação, entendendo que é comissionado, a questão das sanções, então era interessante que se discutisse e, ao mesmo tempo, se possível, poderia apresentar emenda. Argumentou que o Selo de Inspeção, tanto Federal quanto Estadual, é importante, mas que essa urgência vai acarretar prejuízo, principalmente para esses fatores relatados. Sugeriu deixar o rito normal para discussão na próxima sessão e apresentação das emendas necessárias. Na sequência, o Sr. Presidente colocou para **deliberação do plenário o pedido de REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei - Executivo Nº 0010/2025 de autoria Poder Executivo Municipal que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e regulamenta o serviço de inspeção municipal – SIM e adota outras providências**. Em votação: APROVADO regime de urgência por 12 (doze) votos a favor x 01 (contra) (Fúlvio Gonçalves). Em seguida à votação, o Sr. Presidente solicitou que a secretaria encaminhasse o referido projeto para as comissões competentes. **USO DA TRIBUNA: 01)** Fez uso da tribuna o **vereador Manoel Loiola de Sena (Nezinho Loiola)** que reportou-se que na sessão passada teve a oportunidade de reiniciar o trabalho na na Câmara quando optou em fazer os agradecimentos que são inerentes a participação de todos na eleição e que nessa sessãoalaria um pouco do trabalho que desenvolve nesses oito anos. Lembrou que em dois mil e dezesseis optou em não colocar o nome como candidato à reeleição e, ao sair do Legislativo, retornou o trabalho na Adec onde tinha atuado de 1993 a 1996. Acrescentou que havia permanecido no legislativo no período de 1997 a 2016, com o intervalo de quatro anos, período em que atuou na Secretaria de Agricultura, e ao retornar a Adec trabalhou com o projeto principal de algodão agroecológico em sete municípios com o objetivo de produzir cinquenta toneladas de pluma de algodão e hoje o principal negócio da Adec é a pluma de algodão. Comentou que há uma pré negociação com uma empresa francesa que atua aqui no Brasil e que trabalha com a fabricação de tênis de marca cuja matéria prima principal utilizada é o algodão. Acrescentou que em dois mil e vinte e quatro foi produzido aproximadamente cento e cinquenta e sete toneladas de pluma. Disse que essa pluma é exportada para São Paulo para ser beneficiada e transformada no fio e no tecido. Evidenciou a questão da participação da Adec no desenvolvimento econômico do Município e na geração de receitas que vão contribuir para que o Município aumente a arrecadação. Destacou que é um trabalho muito importante para ser utilizado como referência para a



implantação das atividades que permite um desenvolvimento econômico e sustentável do Município. Por fim, falou que achou importante trazer esse assunto para que agricultor possa entender que tem alternativas para melhorar a sua qualidade de vida e consequentemente a própria renda do dia a dia. **2)** Fez uso da tribuna o **vereador Helio Castelo Pedrosa Neto** que fez a relevância de algumas indicações e um requerimento. Destacou o requerimento para oficializar à Secretaria Estadual de Proteção Animal a fim de incluir o município de Tauá no calendário do Programa Pet Ceará móvel. Explicou que esse programa possui aqueles caminhões que se dirigem aos municípios e oferece serviço de castração, vacinação, vermifugação, e representa uma iniciativa fundamental para o controle populacional de animais que se encontram em situações de rua. Frisou que esse Programa é uma política pública importante já que o Município precisa desse serviço. Em aparte, o vereador Fúlvio Gonçalves reportou que ano passado o Município fez licitação de um castra móvel, algo em torno de um milhão de reais e há meses esperamos as ações desse equipamento que não se sabe quando vai começar, qual o planejamento que se tem para esse equipamento e vai ficar uma cobrança em relação à transparência, quando efetivamente esse equipamento vai começar a prestar serviço no município de Tauá, qual é o planejamento que o Município tem para executar essas castrações e cumprir uma lei municipal, que é bem antiga. Comentou que o crescimento é exponencial, tanto de gatos quanto de cães no meio da rua, e que parece que o canil que se encontra no Setor G é um canil que apenas transportou os animais que estava lá no distrito de Marrecas para a sede do Município. Disse que era interessante que o Município se manifestasse, algum colega se pronunciasse sobre isso e que tem essa informação e que seja da base do governo, para que a população saiba qual é verdadeiramente a intenção do Poder Executivo em relação a esse Castra Móvel. Com retorno da palavra, o vereador Helio Castelo disse que tinha o pensamento de procurar a instituição relatada pelo vereador Fúlvio com intuito de conhecer o trabalho que eles querem implantar no Município. Destacou que mediante a situação de crescimento exponencial de cães e gatos, e como não se pode esperar muito tempo, iria requerer ao Governo do Estado esse serviço ao município de Tauá. Na sequência, o parlamentar falou sobre algumas indicações voltadas para a saúde, antes ressaltando a receptividade da Secretária de Saúde Dra. Saionara, quando a procurou para colaborar como profissional de saúde, inclusive do SUS, e também como usuário do sistema de saúde, e um dos pedidos feitos à Secretária é a implantação de um Caps Infantil que no município de Tauá cujos pacientes podem ter uma atenção, tratamento e cuidado todo especial. Acrescentou que teve a informação de que para a implantação do Caps Infantil, o Município tem que ter uma população mínima de 200.000 (duzentos mil) habitantes e, se não tiver nenhuma alteração nesse dado, pode-se pensar numa regionalização. Em seguida, relatou sobre algumas indicações de sua autoria mediante a participação da equipe do Projeto Amor Que Cura na sessão passada, dentre elas a solicitação imediata e com urgência da questão do transporte. Acrescentou que sobre esse assunto havia conversado com a Secretária Saionara que explicou que foi solicitada a vistoria do transporte dos pacientes oncológicos e que havia dado prazo ao dono do transporte para tomar as devidas providências. O parlamentar comentou que antes de vir para a sessão estava em reunião com os representantes do Projeto Amor Que Cura e a própria secretária solicitou o transporte da assistência social que é novo e que também havia solicitado transportes novos para os pacientes oncológicos e destacou que esperava que tudo o que ela tinha prometido na reunião se cumprisse. Em aparte, o vereador Luiz André reportou-se que na sessão passada estiverem presentes alguns pacientes oncológicos, representados pela Sra. Luma, e lembrou que



ao ser indagada pela vereadora Polyanna, a Sra. Luma expôs algumas demandas dos pacientes e uma delas era sobre o transporte e as necessidades de alguns pacientes que vão fazer consultas e exames e passam o dia todo à espera do transporte para retornar a Tauá. Argumentou a evidência, a necessidade e a importância de se ter uma casa de apoio para os pacientes que fazem esse tipo de tratamento. Destacou também a importância de um veículo que dê a comodidade para os pacientes como e um estudo de viabilidade para a implantação de uma casa de apoio em Fortaleza. Com retorno da palavra, o vereador Helio Castelo comentou que essa demanda já estava na pauta da Secretária Saionara quando estiver com a Prefeita Patrícia. Disse que já havia organizado um local para os motoristas se alimentarem, tomar um banho e descansar. Em aparte, o vereador Fúlvio Gonçalves reportou-se que em sessão na legislatura anterior houve uma reivindicação da melhoria no transporte desses pacientes e foi relatada pela própria Luma a péssima qualidade de um veículo sem cinto de segurança, às vezes com pneus bastante desgastados e, acima de tudo, a questão de grosserias por parte desses profissionais. O parlamentar destacou que fez novamente as indicações, inclusive uma saiu na pauta de hoje que é a questão do transporte para essas pessoas e a Casa de Apoio também foi uma reivindicação logo no começo dessa legislatura certo. Lembrou que os posicionamentos deram a entender que seria o entendimento do Poder Executivo de que não havia a necessidade porque só exigiria se o paciente, por exemplo, passasse dias lá, quando na verdade não é a simples situação de madrugar, chegar à Fortaleza numa unidade hospitalar e lá chegando aguardar o atendimento, sem saber o horário de término desse atendimento e sem saber o horário de retornar. Destacou que essa Casa de Apoio é para quem vai passar um dia mesmo e se estender não só aos pacientes oncológicos, portanto a reivindicação é justa e a Secretária de Saúde tem que implantar o estudo de viabilidade financeira. Em aparte, o vereador Felipe Viana falou sobre a Portaria nº. 55 do Ministério da Saúde que dispõe sobre a rotina do tratamento fora do domicílio do sistema único de saúde SUS com a inclusão dos procedimentos específicos na tabela de procedimentos. Destacou o artigo primeiro da referida Portaria que as despesas relativas ao deslocamento de usuários do SUS para tratamento fora do município de residência possam ser cobradas por intermédio do sistema de informações ambulatoriais, observando o teto financeiro definido para cada município ou estado. O parlamentar fez a leitura do texto da referida Portaria que trata do Tratamento Fora de Domicílio (TFD): O TFD será concedido, exclusivamente, a pacientes atendidos na rede pública ou conveniada/contratada do SUS; Fica vedada a autorização de TFD para acesso de pacientes a outro município para tratamentos que utilizem procedimentos assistenciais contidos no Piso da Atenção Básica – PAB; Fica vedado o pagamento de TFD em deslocamentos menores do que 50km de distância e em regiões metropolitanas; As despesas permitidas pelo TFD são aquelas relativas a transporte aéreo, terrestre e fluvial; diárias para alimentação e pernoite para paciente e acompanhante, devendo ser autorizadas de acordo com a disponibilidade orçamentária do município/estado. O vereador Felipe Viana relatou que o tema trazido era muito importante porque há muitos pacientes que estão sendo tratados fora dos critérios do piso da atenção básica e era importante analisar a Portaria e como aplicá-la, além de ver outras formas de ajuda de custeio. Com o retorno da palavra e finalizando seu pronunciamento, o vereador Helio Castelo disse que na citada reunião indagou sobre o contraste das tomografias e que a Secretária Saionara respondeu que está fazendo os orçamentos necessários para que o Município possa comprar os contrastes a fim de que seja disponibilizados no hospital para os pacientes oncológicos. **3) Fez uso da tribuna o vereador João Evonilson Alexandrino de Souza (Vony**



Souza) que inicialmente se solidarizou com o vereador Wellington Urbano e familiares pela passagem do seu irmão. Em seguida, falou sobre suas indicações na pauta da presente sessão: a pavimentação em paralelepípedo ou asfáltica das ruas da Vila de Bom Jesus: Rua do Sabino, Rua dos Crentes, também chamada de Avenida Bom Jesus. O vereador argumentou que a pavimentação nessas ruas evita que as pessoas precisem acessar a BR 020 para deslocar as crianças à escola; a pavimentação ou asfalto das ruas da Vila de Cachoeirinha que cresce para o lado direito da BR 020 de quem vai é até conhecido como Vila Nova e como já é um crescimento. O parlamentar relatou que esteve com o secretário Cosmo e fez a indicação da recuperação do muro do cemitério da Vila de Cachoeirinha do Pai Senhor que caiu com as chuvas. Comentou que o Sr. Cosmo havia informado que o material estava comprado e que em breve seria realizada a recuperação do muro do cemitério. Em seguida, comentou das indicações que solicitam pavimentação asfáltica ou calçamento do Assentamento Monte Moriá e uma praça no canteiro central. Em aparte, o vereador Luiz André reportou-se que no ano de dois mil e vinte e dois, ao ser procurado por alguns moradores da Vila de Bom Jesus, após a ocorrência de fortes chuvas, havia feito uma solicitação ao então Deputado Federal Denis Bezerra o qual havia destina emenda parlamentar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para ajudar na pavimentação das ruas na vila de Bom Jesus. Acrescentou que em dois mil e vinte e três havia feito requerimento solicitando informação sobre essa emenda, se estava em caixa ou se ela já teria sido utilizada em algum outro local e não obteve retorno, pediu apoio do colega vereador que se possível buscar essa informação para repassar à população. Com retorno da palavra, o vereador Vony Sousa comentou de outra indicação de sua autoria sobre uma areninha para a comunidade de Belém. Acrescentou que teve uma conversa com o Deputado Federal Domingos Neto para que numa oportunidade de emendas, possa destinar emenda que viabiliza a construção da areninha. Outra indicação que fez é a respeito da sangria do açude do seu Ricardo que é conhecido como o Açude do Ricardo, mas é um açude com termo de servidão pública feito ainda na gestão do prefeito Castro Castelo e que se não tiver um trabalho no sangrador pode correr algum risco. Falou também da indicação para revitalização do açude do seu Laurentino, na comunidade de Salgadinho. Em aparte, o vereador Helder Castelo reportou-se que na sessão passada havia externado sua preocupação em adotar medidas emergenciais para que todos os barramentos que tivessem alguma dificuldade por conta das fortes chuvas, que o Município de Tauá tivesse um cronograma de trabalho delineado pela Secretaria de Agricultura. Frisou que entraria em contato com o Secretário Paulo Júnior. Em aparte, o vereador Felipe Viana endossou a importância do estudo social para avaliar as condições financeiras do produtor porque se às vezes ele não tem condição. Ressaltou que os atendimentos pontuais que foram feitos com os equipamentos do Município referente à Secretaria de Agricultura foram bem feitos. Finalizando, falou sobre o lançamento de mais um programa para o ano de dois mil e vinte e cinco de quase sessenta mil cisternas e que o Município de Tauá será contemplado no lote treze. Com retorno da palavra e finalizando seu pronunciamento, o vereador Vony Souza comentou que o Sr. Júnior é um secretário muito dedicado que anda pelo município. **4)** Fez uso da tribuna o **vereador Érico Batista Lima** que agradeceu a abertura da passagem molhada que liga localidade de Junco a Lustal, anseio daquelas comunidades que já estavam há mais de quatro anos com a passagem molhada quebrada devido aos invernos e graças a excelentíssima prefeita Patrícia Aguiar e em especial à determinação do Deputado Federal Domingos Neto que trouxe emendas para a recuperação daquela passagem molhada que vai facilitar a vida das pessoas. Em seguida, o vereador relatou que foi procurado por agricultores da região de



Junco, Lustal e Tiassol que estão revoltados porque um único proprietário que cria de 80 a 100 cabeças de ovelhas soltas na estrada, trazendo prejuízos. Cobrou do Poder Executivo a execução da Lei, cujo projeto foi votada na Casa há dois meses, sobre a apreensão de animais. Em aparte, o vereador Adriano Dimas se lembrou da entrega da passagem molhada de Pendência à Jardim e de Jardim à Queimadas e informou que já está sendo concluída a passagem molhada de Flores à Pendência, como também a passagem molhada da comunidade de Alvorada. Com retorno da palavra e finalizando seu pronunciamento, o vereador Érico Lima disse que a situação de animais soltos na Rua Antônio Cariri é um negócio alarmante, assim como no bairro Alto Nelândia. 5) Fez uso da tribuna o **vereador Fúlvio Emerson Gonçalves Cavalcante** que falou sobre o assunto CPI Cagece, reportando-se que já tem quinze dias que colocou o requerimento pela primeira vez no grupo, semana passada, novamente remeteu o arquivo e já tem tempo suficiente para discutirmos e fecharmos esse assunto. Pediu que os vereadores se manifestem porque o silêncio será interpretado como o não interesse, e seguirá com novas proposições buscando corrigir as condutas e comportamentos inadequado da Cagece. O parlamentar destacou que não pode permanecer vazamentos de água de grandes montas por toda via, convites efetuados para vir a essa Tribuna, sem o comparecimento, então existem razões relevantes e o requerimento é bem claro na questão não da cassação dos direitos da Cagece, mas sim, se possível, um termo de ajuste de conduta ou de aplicação de multa, porque com certeza no contrato há essa previsão. Solicitou para que os vereadores se manifestassem sobre isso em relação a dar seguimento ou não a esse requerimento CPI Cagece. Em aparte, o vereador Helio Castelo reportou-se que desde o final do ano passado as empresas limpa fossa estavam tendo alguns problemas no Município porque foram proibidas de desgotar os carros no aterro sanitário, diante disso procurou o Poder Executivo que de imediato entrou em contato com a Cagece Regional de Acopiara e estiveram reuniões estimuladas pela Supermata, pelo secretário Emilson, e naquele momento teve um entendimento em relação a esse assunto entre a Cagece e as empresas ficando combinado seis carradas por dia. Acrescentou que a Cagece já sabe das dificuldades que tem para atender o próprio município em relação a isso e também já foi solicitado um projeto pensando numa ampliação. Com retorno da palavra, o vereador Fúlvio Gonçalves apontou a falta de interesse ao requerimento, e como é necessário um quórum mínimo, que obviamente não foi atendido, mas o serviço de saneamento e esgoto do município de Tauá passa por maior estado de precariedade que já viu na face da terra, é um serviço de péssima qualidade, a população reclama quase sempre e, repetiu, que todos os projetos de indicações são respondidos como sendo responsabilidade da Cagece. O parlamentar destacou que se o Município não está tendo o poder de fiscalização ou não quer fiscalizar a Cagece e cobrar o que efetivamente tem como obrigação no contrato de prestação de serviço, seguirá o rumo de outras formas e possivelmente com olhar de Poder Judiciário. Em seguida, falou sobre indicação 153 acerca de cuidadores de serviço de apoio especializado aos alunos, novamente vem com essa cobrança que também o fez em anos anteriores; ano letivo começou em três de fevereiro e até hoje é a mesma problemática onde professores e pais reclamam da ausência desses cuidadores junto aos demais professores titulares, o que representa um perigo porque um professor ter às vezes até cinco alunos com necessidades especiais ou deficiência, que é o que a lei permite, e sem a questão do cuidador é grave. Na sequência, o parlamentar falou sobre a questão do processo seletivo que está em tramitação no município de Tauá sob edital 01/2025 que foi publicado no dia cinco de fevereiro, no dia seis e no dia sete já estavam colhendo a documentação e hoje já fizeram a questão da entrega



dos títulos com a entrevista, então um regime de urgência muito pior do que o regime de urgência que é tramitado na Casa, as pessoas sufocadas pelo tempo e pela informação precoce e ao mesmo tempo um término de um prazo que poderia ser feito com maior planejamento para que a população em especial o magistério tivesse acesso a essas informações. Destacou que o edital, além dessa crítica temporal, mencionou o anexo 2, os quadros de vagas Infantil e Fundamental e o Anexo 4 onde se vê a questão da titulação no tocante à entrevista, com critérios altamente subjetivos, isso quer dizer e não que isso vai acontecer, espera que não, que a pontuação desses professores sejam efetivamente e fidedignamente aplicadas de acordo com real currículo, a real entrevista, o mérito do profissional que está submetido a esse processo seletivo. Outro ponto que também deve ser chamado a atenção é a questão do regime de tempo integral várias são as escolas que possui esse regime e esse processo seletivo veio com apenas vinte vagas, carências temporárias. Exemplificou que se for olhar para Santa Teresa, Escola Josué Honório, Escola Amâncio Cordeiro e CEI Adelaide Coutinho, nenhuma indicação nesse quadro resumo de cargos por parte desse processo eletivo e lá desde o dia três de fevereiro está sem o regime de tempo integral, discussão lá é quem vai ficar nesse regime de tempo meio, que é o intervalo de almoço, como é que vai ser a subsequência desse intervalo, questão do profissional, então vai ficar uma situação de crítica a questão da falta de indicação. O parlamentar argumentou que sua fala vem em decorrência dessa ausência, os pais estão sendo prejudicados porque os alunos não estão indo em regime de tempo integral obviamente que ficam com dificuldades até para trabalhar, gerando problemática até na questão da renda familiar, muitas vezes falta o serviço quando tem e deixa de aferir a remuneração digna para botar o pão de cada dia dentro de casa, então pediu essa reflexão à Secretaria da Educação, de forma verbal, não fez nem propositura através de requerimento, mas para chamar atenção como é grave fazer um processo seletivo e não um concurso público e fazer da forma que está sendo feito, extrapolando todo o tempo que tem para fazer um processo seletivo onde possa dar transparência e ter um alcance muito maior para essas pessoas que tem interesse. Finalizando, o vereador Fúlvio Gonçalves disse que faria um novo teste, um novo voto de confiança para a Casa, apenas para dizer aos pequenos agricultores, pequenos produtores rurais, aqueles da agricultura familiar, certeza muitos não tem nem conhecimento do Programa Terras para Plantar, o requerimento nove é muito simbólico em relação a isso e para dar transparência para essas pessoas, a questão da hora do trator, seja qual for o nome que queira aplicar, é indiferente, o importante é que o benefício chegue para população. Disse que segundo as publicações via internet vai até março e já estamos em dez de fevereiro, sabe-se lá qual é o dia de março, não existe um transparência na informação por parte das publicações que são feitas por parte do Poder Executivo em relação a isso e a questão desse programa e que lá está dizendo que são só trinta e dois dias para execução desses programas, então os produtores rurais precisam se atentar a isso e é por isso que fazia uso da sua fala para que essa voz chegue ao máximo de produtor rural para conhecer esse Programa. Pediu atenção de quem está ou vai ouvir posteriormente tem que estarem cadastrados no cadastro único, é o primeiro pré-requisito, o segundo pré-requisito é uma renda per capita de até R\$ 109,99 (cento e nove reais e noventa e nove centavos), e como última obrigação, precisa comprovar a participação no Programa Hora de Plantar, reunindo essas três condições, entende-se que o Município vai contemplar os produtores rurais, os pequenos, desse benefício. Disse que retiraria o requerimento 09/2025 de pauta, confiando na informação que lhe foi dada, que o Secretário de Desenvolvimento Rural virá explicar, individualizar, especificar, exemplificar



essas regras e de uso desse Programa, mas é necessário saber quantos tratores vai estar disponível à população, cada distrito vai receber quantas e por último qual o tempo que esse trator passará em cada produtor rural, então esse requerimento era para explanar isso, mas repetiu que daria o voto de confiança e mostrar que não é intransigente, e que vai vir essa informação o mais rápido possível, até porque o Programa vai até março, então isso é necessário que seja de forma urgente urgentíssimo, mais urgente que o regime de urgência da Casa, então conclusão Programa Terra para Plantar ou similar que esse benefício realmente chegue, mesmo que timidamente, e existe um risco porque se chegar tímido pode ser injusto para outras pessoas que tem o mesmo direito e a questão do princípio da isonomia. Reiterou a retirada de pauta do Requerimento 09/2025, mas aguardando a vinda do secretário a Casa para as explicações. Em aparte, o vereador Genival Coutinho disse que o Programa Terras para Plantar bem como o Programa Tauá Agro Produtivo estão em andamento no município de Tauá, que não é somente para as pessoas que estão inscritas no cadastro único, mas sim, para todas as pessoas trabalhadores rurais, agricultores do Município que queiram se utilizar dos equipamentos públicos do Município. Explicou que os interessados podem participar fazendo o devido requerimento na Secretaria de Agricultura. Falou que o Município dispõe de quatro tratores à disposição na Secretaria de Agricultura e basta a população se deslocar até a Secretaria e fazer o devido requerimento, mas pelo aspecto social e econômico e também para atender àquelas pessoas de vulnerabilidade social, pessoas de baixa renda, principalmente os pequenos agricultores, o Município lança esse Programa que é o Terras para Plantar justamente com a ideia de que se o Município tem quatro tratores à disposição, não há condições de atender todos os agricultores do município, se tornaria inviável até para o deslocamento desses equipamentos, então para tornar de forma democrática e justa é feita uma seleção, principalmente para aqueles pequenos produtores, primeiramente quem vai plantar geralmente que não tem condições financeiras, geralmente eles recebem as sementes do governo através da Ematerce, é feita uma seleção com aqueles que realmente tem uma vulnerabilidade social alta, tendo direito de uma hora para cada um fazer esse trabalho em suas terras. Acrescentou que aquelas pessoas que não se enquadram nos requisitos, terão direito também, basta se deslocar a Secretaria de Agricultura, fazer o requerimento e que serão também atendidos de acordo com a forma democrática e justa e aqueles que não estão inscritos no cadastro único, conforme existe um decreto número 32101 de 2024 que dispõe sobre a fixação de preços públicos para fins de utilização por terceiro de máquinas e equipamentos das Patrulhas agrícolas e mecanizadas e veículos pesados da frota municipal veículos nos termos autorizados por lei e dá outras providências, em seus anexos traz os valores dos preços públicos. Em aparte, o vereador Luis Tomaz destacou que todo agricultor é um sofredor seja grande ou pequeno e comentou que estava havendo três pesos e uma medida, onde um não paga um centavo, o segundo se tiver o CAF paga cento e nove reais e se não tiver o CAF paga seiscentos reais para ter direito a tirar o documento no setor de tributos. Argumentou que o Município não deveria adotar projetos petistas com três pesos e três medidas, sendo que todos os agricultores precisam. Em resposta, o vereador Genival Coutinho destacou que o referido Programa vem sendo executado no Município desde o ano passado principal com pequenos produtores rurais que realmente não tem condições de pagar as taxas. Em aparte, o vereador Felipe Viana fez observações sobre o Decreto 0321001/2024 resumindo que o Município tem quatro tratores de esteira, a entrega das sementes é tardio ou ver uma forma de conciliar isso, então são quatrocentas horas e duzentos e cinquenta por outro programa. Em aparte, o vereador Helder Castelo corroborou com as palavras do



vereador Luis Tomaz. Disse que no município de Tauá os agricultores grandes são pouquíssimos e os agricultores pequenos são a grande maioria e que os critérios poderiam ser abrandados, pois são muito rigorosos. Em aparte, o vereador Genival Coutinho disse que o decreto não trazia requisitos básicos, que no Programa Terra para Plantar é disponível quatrocentas horas e na forma de atender o maior número possível de agricultores foi disponibilizada a questão de um levantamento das pessoas que estão inscritas no cadastro único daqueles que tem vulnerabilidade social mais baixa, que se estabeleceu uma renda per capita de cento e nove reais e distribuir essas horas. Destacou que o Programa não vai atender somente essas pessoas do cadastro único, mas todos os agricultores do município. Em aparte, o vereador Nezinho Loiola disse que estava sabendo que não tem nenhum petista na Secretaria de Agricultura para planejar uma ação como essa, mas tem a parte positiva no Programa que é exercitar alguma coisa para ser feita no setor rural do município e que ao exercitar alguma coisa vai ser apresentada as dificuldades e uma delas é essa questão da renda per capita e falou que quem tem uma renda per capita de cento e nove reais não produz absolutamente nada no município. Convidou novamente os vereadores a conhecer o trabalho que é feito na Adec voltado para a agroecologia, um trabalho alternativo que está demonstrando resultado, que pode ser inserido num Programa como esse. Frisou que foi colocado algo que achou injusto porque havia falado dez minutos na tribuna e ninguém se tocou se era importante ou não, mas agora tem tudo a ver, estamos discutindo algo que diz respeito ao desenvolvimento rural do Município, que é a principal referência do Município é o desenvolvimento rural. **6)** Fez uso da palavra o **vereador Francisco Helder Lima Castelo** que fez três observações com relação a alguns requerimentos que fez, dentre eles uma preocupação que lhe repassaram por meio do Presidente da Associação do Angico, Sede Distrital, onde o sistema de abastecimento daquela localidade, que atende mais de cem famílias, está colapsado face um problema que houve e havia telefonado ao secretário que mandou um técnico, apenas um eletricitista e ficou de forma imediata fazer essa recuperação do sistema. Reforçou seu requerimento e a necessidade para que esse sistema de abastecimento seja o mais rápido possível recuperado. Outra situação é com relação a uma indicação, primeiro a um projeto de lei, depois uma indicação, sobre a imediata proibição dos celulares das escolas da rede municipal de ensino e pediu de imediato que seu requerimento fosse encaminhado ao Executivo que possa implementar na sua plenitude na rede Municipal de Ensino do Município de Tauá essa lei que não é só mais lei municipal, não é só mais indicação, mas é uma lei federal. Na sequência, o parlamentar pediu ao Presidente para resolver a situação da entrega das moções de congratulação e moções de pesar. **7)** Fez uso da tribuna o **vereador Luis Tomaz Dino** que disse que no decreto do Município diz que quem tem uma renda até cento e nove reais não paga nada para se inscrever no setor de tributos, quem tem uma CAF paga sessenta reais e quem não tem a CAF que sendo agricultor também paga seiscentos reais. Disse que não deveria ter falado no partido do vereador Nezinho, mas falou, e explicou o porquê, que quando era no governo do Cid Gomes e Tasso Jereissati já existia o programa de semente para plantar que naquela época todo agricultor podia se inscrever para tirar semente, e logo quando o PT tomou conta do Estado do Ceará quem não teve a CAF foi retirado logo do programa Hora de Plantar não podia mais receber essa semente para plantar, por isso se referiu que o município de Tauá também está aderindo a esse mesmo Programa. Acrescentou que se referiu ao Programa do PT, porque tem um programa que o Governo Federal juntamente com o Governo do Estado compra o leite e o produtor só pode vender 33 litros, o produtor nunca pode crescer. Disse que todo assentamento, principalmente os



federais, quando um assentado cuja filha resolveu estudar, houve uma ameaça que na hora que arrumasse um emprego teria que deixar o assentamento e indagou quem fez esse Programa. Disse que por isso estava fazendo a crítica ao município de Tauá a qual apoia e defende a administração da Dra. Patrícia, mas não concorda. Disse que concorda que o agricultor pequeno não pague, mas os demais não concordam que chega no setor de tributos para comprar cinco horas de trator e pague sessenta reais enquanto outro paga seiscentos reais. Em aparte, o vereador Nezinho Loiola registrou que respeita muito o vereador Luis Tomaz e que apenas achou injusto citar o nome do PT até porque hoje não tem nenhum governo que seja específico de um partido. Com retorno da palavra, o vereador Luis Tomaz reconheceu que a Adec fazia um bom trabalho e que o algodão ecológico realmente dá mais dinheiro do que o outro, mas que ultimamente foi criada uma norma do Programa Agroecológico que a Adec está fiscalizando e que também não acha justo, que é você plantar um laço de algodão e depois seus animais não podem nem vir comer a rama, você é obrigado a arrancar o pé e ficar sem nenhum. Em aparte, o vereador Nezinho Loiola disse que essa é a questão da lei do vazio sanitário que estão tentando modificar, porque foi criada pelos técnicos que pelo jeito nunca foram numa área de plantil de algodão. **8) Fez uso da palavra o vereador Genival Coutinho** que agradeceu a todos aqueles durante sua presidência no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) e teve suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado, por isso agradeceu a todos os colaboradores da Câmara Municipal, a secretaria, principalmente o amigo Badu, por tê-lo ajudado nas decisões difíceis e agradeceu aos vereadores. **ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI - EXECUTIVO Nº 0008/2025 – PODER EXECUTIVO - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVO FINANCEIRO PARA FINS DE EVENTO CULTURAL, O CARNAVAL DE 2025, INTITULADO TAUÁ FOLIA 2025, NA FORMA QUE INDICA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Em votação: APROVADO por 15 votos favoráveis. **PROJETO DE LEI - EXECUTIVO Nº 0010/2025 DO PODER EXECUTIVO - DISPÕE SOBRE A INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E REGULAMENTA O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Em votação: APROVADO por 14 (catorze) votos favoráveis x 01 (uma) abstenção (Fúlvio Gonçalves). **REQUERIMENTO PARA O LEGISLATIVO Nº 0005/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR HELIO PEDROSA CASTELO NETO - REQUER DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ, QUE APÓS OUVIDO O PLENÁRIO, QUE OFICIE À CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TAUÁ SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DAS CASAS DO CONJUNTO HABITACIONAL DOMINGOS GOMES DE AGUIAR.** Em votação: APROVADO por 15 votos favoráveis. **REQUERIMENTO PARA O LEGISLATIVO Nº 0006/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR HELIO PEDROSA CASTELO NETO - REQUER DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ, APÓS OUVIDO O PLENÁRIO, O ENVIO DO PRESENTE REQUERIMENTO À SECRETARIA DE PROTEÇÃO ANIMAL DO ESTADO DO CEARÁ (SEPA), SOLICITANDO O ENCAMINHAMENTO DO PROGRAMA ITINERANTE PET CEARÁ MÓVEL AO MUNICÍPIO DE TAUÁ-CE.** Em votação: APROVADO por 15 votos favoráveis. **REQUERIMENTO PARA O LEGISLATIVO Nº 0007/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR FRANCISCO HELDER LIMA CASTELO - REQUER DA MESA DIRETORA DA CÂMARA, APÓS OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA ENVIADO OFÍCIO AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, SOLICITANDO A IMPLANTAÇÃO IMEDIATA DA PROIBIÇÃO DO USO DE CELULARES NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME SOLICITADO NA INDICAÇÃO 0812/2024 DE MINHA AUTORIA E A LEI FEDERAL Nº. 15.100/2025.** Em votação: APROVADO por 15 votos favoráveis. **REQUERIMENTO PARA O LEGISLATIVO Nº 0008/2025 DE**



AUTORIA DO VEREADOR FRANCISCO HELDER LIMA CASTELO - REQUER DA PRESIDÊNCIA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA, APÓS OUVIDO O PLENÁRIO, O ENVIO DE CONVITE AO SR. SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E RECURSOS HÍDRICOS DO MUNICÍPIO DE TAUÁ, A FIM DE EXPLANAR ACERCA DO DECRETO DE RECUPERAÇÃO DE BARRAGENS E OS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE CISTERNAS NESTE MUNICÍPIO. RETIRADO PELO AUTOR. REQUERIMENTO PARA O EXECUTIVO Nº 0009/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR FULVIO EMERSON GONCALVES CAVALCANTE - REQUER DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ QUE APÓS OUVIDO O PLENÁRIO, QUE SOLICITE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, ESCLARECER A QUANTIDADE DE TRATORES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DE TERCEIROS QUE FICARÃO DISPONÍVEIS PARA OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO, ESPECIFICANDO AINDA QUANTAS MÁQUINAS ATENDERÃO CADA DISTRITO NO PROGRAMA TERRAS PARA PLANTAR, EXPLICANDO, POR FIM, O TEMPO DE PERMANÊNCIA DAS MÁQUINAS EM CADA PRODUTOR RURAL. RETIRADO PELO AUTOR. **MOÇÕES NºS. 153 a 188/2025** – APROVADAS POR UNANIMIDADE. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Farão parte desta Ata o vídeo da 5ª Sessão Ordinária transmitida pela fanpage no Facebook da Câmara Municipal de Tauá e Canal no Youtube. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente, Francisco da Costa Feitosa, declarou encerrada a presente sessão, determinando antes a lavratura da presente ata. Eu, Genival Coutinho Sobrinho, secretariei, providenciei e subscrevo-a na forma regimental, juntamente com o Presidente da Casa.

Francisco da Costa Feitosa
Presidente da CMT

Genival Coutinho Sobrinho
Vereador